

# Dança de números

• A Consultoria Legislativa do Senado refez as contas da receita que o Governo vai obter com o aumento da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos. Concluiu que a arrecadação seria de R\$ 1,651 bilhão, apenas 38% dos R\$ 4,303 bilhões que o Governo estima receber em 12 meses de vigência das medidas. O estudo está na mesa da equipe econômica, que resolveu checar os próprios cálculos.

— É muito desgaste para pouca receita — avalia o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

A proposta de passar a cobrar 11% de contribuição de inativos, segundo o Governo, vai render R\$ 1,68 bilhão em um ano. Pelo estudo do Senado, a nova alíquota vai incidir sobre uma folha que chegou a R\$ 11,64 bilhões em 1998, segundo dados do orçamento e da execução financeira. A cobrança da contribuição renderia R\$ 1,28 bilhão no ano. Para atingir o valor previsto pelo Governo, os gastos com aposentados e pensionistas do serviço público deveriam aumentar em 31% em 99.

“Inimaginável, a não ser que o Poder Executivo esteja preparando um significativo aumento para os servidores”, diz o texto.

Outro número revisto pela assessoria do Senado é a receita de R\$ 1,018 bilhão prevista pelo Governo com o adicional de 9% de contribuição sobre aposentadorias maiores do que R\$ 1.200. Os técnicos utilizaram a tabela mensal do Ministério da Administração e aplicaram os 9% sobre a parcela excedente ao teto. Concluíram que a receita será de R\$ 454 milhões, menos da metade do que prevê o Governo. O valor estimado pela equipe econômica, nesse caso, corresponderia a taxar com o adicional o rendimento integral dos aposentados e pensionistas e não a parcela superior aos R\$ 1.200, segundo o estudo dos

técnicos do Senado.

O adicional de 9% sobre o salário dos servidores da ativa, de acordo com o Governo, renderia R\$ 1,605 bilhão em um ano. Nas contas da assessoria do Senado, apenas R\$ 317 milhões. Em 98, o orçamento previu gastos de R\$ 15,37 bilhões com a folha de ativos. Desse valor devem ser excluídos o 13º e o adicional de férias, por questões legais, chegando a um total de R\$ 13,83 bilhões, segundo as contas dos assessores. Para chegar ao valor previsto pela equipe econômica, seria necessário aplicar uma alíquota de 11,6% sobre todo o salário do servidor e não 9% sobre a parcela que exceder o teto de R\$ 1.200 mensais.

Além de arrecadar menos com as contribuições, o Governo vai perder receita de Imposto de Renda dos seus servidores, lembram assessores do Senado. Pela legislação, a contribuição para a Previdência deve ser descontada do salário antes da tributação pelo IR e isso, de acordo com o estudo, reduziria a receita das medidas de R\$ 2,051 bilhões para R\$ 1,651 bilhão. Este seria o valor líquido a ser arrecadado pelo Governo.

Portanto, conclui o estudo, se a equipe econômica diz que os R\$ 4,303 bilhões são imprescindíveis, melhor será buscar em outro lugar R\$ 2,652 bilhões para fechar suas contas, mesmo que consiga vencer a batalha no Congresso para aprovar a medida já rejeitada quatro vezes. A conferir.